

**Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:**

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

# Educação inclusiva no ensino superior em Moçambique: contornos, perspectivas e reflexões

*Inclusive education in higher education in Mozambique: contours, perspectives and reflections*

*Educación inclusiva en la educación superior en Mozambique: contornos, perspectivas y reflejos*



**António Cipriano Parafino Gonçalves**

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique,  
[ciprix2006@gmail.com](mailto:ciprix2006@gmail.com)



**Adérito Jorge Nandja**

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique,  
[nandja88@gmail.com](mailto:nandja88@gmail.com)



**Fernando Gelado Benzane**

Conselho Municipal da Cidade da Matola (CMCM), Maputo, Moçambique,  
[fgbenzane@gmail.com](mailto:fgbenzane@gmail.com)



**Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil,  
[professorricardoteixeira@ufg.br](mailto:professorricardoteixeira@ufg.br)

**Resumo:** O presente artigo aborda questões relacionadas ao campo das políticas públicas e de inclusão e revisa um conjunto de reflexões, contornos e perspectivas da Educação Inclusiva no Ensino Superior e Moçambique que têm vindo a ganhar espaço nos últimos tempos no mundo,

em África e, particularmente, em Moçambique. O mesmo desdobra-se entre as políticas públicas educacionais atinentes ao subsistema de ensino superior, num país do terceiro mundo e no limiar da pobreza, não obstante seja um país de população jovem e com um sistema político em consolidação, o que pressupõe um sistema educativo também em ascensão, quer quantitativa, quer qualitativa. A Educação ocupa um papel relevante para se compreender o país e as suas restantes políticas internas e externas, principalmente num cenário em que os vários documentos internacionais ractificados por Moçambique dão voz a uma educação de todos advogada pelo governo do dia, e não só por outros stakeholders. Trata-se, portanto, de uma revisão integrativa da literatura assentado em pensamentos modernos e contemporâneos de Lopes, Francisco, Francisco e Dinis (2020); Taimo (2019); Nguenha (2018); Folmer e Rosa (2018); e Gonçalves (2018), dentre outros. Como resultado compreende-se que a Educação Inclusiva no país ainda enfrenta inúmeros desafios para a sua implementação, contudo encontra no ensino superior um campo predisposto para a implementação e (re)orientação para outros subsistemas.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Ensino Superior; Moçambique.

**Abstract:** This article addresses issues related to the composition of public and inclusion policies and reviews a set of reflections, outlines and perspectives of Inclusive Education in Higher Education and Mozambique that have been gaining ground in recent times in the world, in Africa and, particularly, in Mozambique. The same unfolds between educational public policies related to the higher education subsystem, in a third world country and on the threshold of poverty, despite being a country with a young population and a political system in consolidation, which presupposes an educational system also on the rise, both quantitatively and qualitatively. Education plays an

important role in understanding the country and its other internal and external policies, especially in a scenario where the various international documents ratified by Mozambique give voice to an education for all advocated by the government of the day, and not just by others. stakeholders. It is therefore an integrative literature review based on modern and contemporary thoughts by Lopes, Francisco, Francisco and Dinis (2020); Taimo (2019); Nguenha (2018); Folmer and Rose (2018); and Gonçalves (2018), among others. As a result, it is understood that Inclusive Education in the country still faces numerous challenges for its implementation, however it finds in higher education a predisposed field for implementation and (re)orientation to other subsystems.

**Keywords:** Inclusive Education; University education; Mozambique.

**Resumen:** Este artículo aborda cuestiones relacionadas con la composición de las políticas públicas y de inclusión y revisa un conjunto de reflexiones, trazos y perspectivas de la Educación Inclusiva en la Educación Superior y en Mozambique que han ido ganando terreno en los últimos tiempos en el mundo, en África y, particularmente, en Mozambique. Lo mismo ocurre entre las políticas públicas educativas relacionadas con el subsistema de educación superior, en un país del tercer mundo y en el umbral de la pobreza, a pesar de ser un país con una población joven y un sistema político en consolidación, lo que presupone un sistema educativo también en ascenso. , tanto cuantitativa como cualitativamente. La educación juega un papel importante en la comprensión del país y sus otras políticas internas y externas, especialmente en un escenario donde los diversos documentos internacionales ratificados por Mozambique dan voz a una educación para todos defendida por el gobierno de turno, y no solo por otros. partes interesadas. Se trata por tanto de una revisión integradora de la literatura a partir del pensamiento moderno y

contemporáneo de Lopes, Francisco, Francisco y Dinis (2020); Taimó (2019); Nguenha (2018); Folmer y Rose (2018); y Gonçalves (2018), entre otros. Como resultado, se entiende que la Educación Inclusiva en el país aún enfrenta numerosos desafíos para su implementación, sin embargo encuentra en la educación superior un campo predispuesto para su implementación y (re)orientación hacia otros subsistemas.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva; Enseñanza superior; Mozambique.

*Data de submissão: 16/12/2022*

*Data de aprovação: 19/12/2022*

## Introdução

O presente artigo apresenta os resultados de uma reflexão sobre a Educação Inclusiva no Ensino Superior e Moçambique: contornos, perspectivas e reflexões no campo das políticas públicas e inclusão visando um ensaio reflexivo em um contexto em que, desde muito cedo, os intelectuais reconhecem que a Educação Inclusiva é um tema relativamente novo de acordo com o seu percurso histórico e legislativo (FOLMER; ROSA, 2018).

A reflexão assenta na ideia de que a educação é um direito de todo o cidadão consagrado pelas Nações Unidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, tendo sido renovado pela Comunidade Internacional da Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 em Jomtien e pela UNESCO na conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade de 1994 em Salamanca (Lopes, Francisco, Francisco e Dinis, 2020).

Em todos estes marcos, acima mencionados, ficou clarividente que o estudar juntos, independentemente de suas particularidades individuais, constitui um direito. Entretanto, este desiderato só se viabiliza numa interacção sistêmica em que as diferenças individuais são respeitadas, acompanhadas e atendidas enquanto se ensina, bem como enquanto se aprende. Isto é, todos são chamados a intervirem para uma educação inclusiva que se julgue concretizadora e transformadora.

Deste modo, coube, uma análise em torno do significado da educação inclusiva no contexto do ensino superior em Moçambique.

Entretanto, são questões orientadoras da reflexão o entendimento sobre: em que consiste a Educação Inclusiva? Que políticas públicas norteiam a Educação Inclusiva? Quais são as suas directrizes no ensino superior? E, quais são as perspectivas da Educação Inclusiva em Moçambique considerando os actuais contornos?

## **Políticas públicas e Educação Inclusiva**

Antes de nos debruçarmos sobre o tema que nos propusemos discutir "Educação Inclusiva no Ensino Superior e Moçambique: contornos, perspectivas e reflexões" importa referir que a temática se insere no campo das políticas públicas e de inclusão. No entanto, mesmo sem ser o nosso foco o debate, julgamos pertinente apresentar as linhas gerais que a orientam num determinado Estado. Para que se possa compreender a actuação é necessário que compreenda a política pública pelo qual esse Estado se orienta. Afinal de contas o que são políticas públicas, políticas públicas sociais e para que servem?

As políticas públicas são entendidas como aquelas de responsabilidade do Estado, relativamente à implementação e manutenção, respeitando todo um processo de tomada de decisões que perpassa pelos órgãos públicos, diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados com o que se pretende implementar (HOFLING, 2001). As políticas públicas também podem ser ações empreendidas no sentido de efectivar as directrizes constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de (re)distribuição das riquezas, dos bens e serviços

sociais obedecendo a divisão administrativa (país, província, distrito, município, localidade).

Na perspectiva de Cunha e Cunha (2002), as políticas públicas têm sido concebidas como reação do Estado às emergentes demandas da/na sociedade, reflectindo assim a expressão do compromisso público de atuação em determinada área a longo prazo". Assim, a construção das políticas públicas obedece a um conjunto de princípios, prioridades, objetivos, regras e diretrizes bem definidas. Contudo, em uma sociedade conflituosa e com interesses de classes, as políticas tornam-se o resultado do jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos produzidos pela interação pressionada de agentes que disputam o Estado.

No mesmo diapasão, para GOBERT e MULLER (1987), as Políticas Públicas são entendidas como estado em ação ou seja, é o estado implantando um projecto do Governo por meio de programas e ações viradas para setores específicos da sociedade, cujos agentes são políticos, seus partidos, empresários, sindicatos, instituições sociais e civis.

No que concerne à construção das políticas, estas são desenvolvidas pelas dinâmicas sociais e não sinalizam para uma atividade que signifique uma ação natural, um acaso. Na mesma senda, as políticas possuem uma intencionalidade racional de atividades orientadas para um fim (WEBER, 2000). As políticas não são anacrônicas, nem se circunscrevem a uma casualidade. Todavia, trata-se de compreender que os problemas geradores de políticas públicas se estabelecem como questões, como *issues*,

à medida que são publicitadas, ou seja, se movem do domínio privado e ingressam na esfera pública (BOBBIO, 1995).

Importa referir que a educação, campo da nossa discussão, se enquadra na esfera das políticas públicas sociais; políticas essas que dizem respeito a ações determinantes do padrão de proteção social implantado pelo Estado, viradas, numa primeira fase, para a (re)distribuição dos benefícios sociais objetivando a redução das desigualdades estruturais produzidas pelo crescimento socioeconómico. Ainda, as políticas sociais têm seus alicerces nos movimentos populares do século XIX, virados para as relações conflituosas entre capital e trabalho, no crescimento das revoluções industriais. É dentro deste campo que encontramos a educação revestida como política pública social (HOFLING, 2001).

Na mesma linha, HOFLING (2001) também entende que as Políticas Públicas sociais e a Educação gravitam no interior de um tipo peculiar de Estado. Elas constituem formas de interferência do estado com foco na manutenção das relações sociais de uma formação social. Pelo que, é improvável pensar no Estado distante de um projeto político e de uma teoria social responsiva à sociedade no geral. Enfim, o debate sobre política educacional se insere no contexto do Estado capitalista de modo mais amplo, sem se tomar em conta as definições mais claras do significado deste Estado.

Tomando como analogia a Educação Inclusiva, pode se depreender que esta constitui, em termos filosóficos, uma política cujo conceito é polissémico. No entanto, prevê a (re)estruturação da escola para o atendimento e acompanhamento respeitando a

diversidade humana nas suas variadas dimensões. Ademais, a Educação Inclusiva é uma temática recente e actual. No âmbito internacional, vários são os estudos que têm tomado lugar denotando que ainda há muito por se fazer de tal forma que os objetivos da sua criação sejam realizados (NGUENHA, 2018). Portanto, em Moçambique, nos últimos anos tem vindo a crescer o interesse dado a esta temática.

Stubbs (2008), na sua obra *Educação Inclusiva onde existem poucos recursos*, afirma que:

A educação inclusiva tem diversas origens e influências, que incluem: comunidades; activistas e defensores; movimentos de base profissional (qualidade na educação, melhoria e eficácia escolar, necessidades especiais); agências internacionais governamentais e não governamentais, realidades da situação mundial e experiências práticas. Algumas têm influências mais fortes que outras, mas todas têm uma contribuição a fazer, embora raramente trabalhem em conjunto. As perspectivas das populações necessitam sempre de serem procuradas, mas as vozes da comunidade e dos activistas raramente são ouvidas. A educação inclusiva não é uma situação nova; as comunidades indígenas tendiam a ser mais inclusivas antes da era colonial (p.12).

Do acima exposto pode se entender que a Educação Inclusiva constitui um termo em construção saindo de uma visão reducionista às características dos alunos e das instituições de

ensino, todavia nos tempos actuais se move em direcção a visão de participação e de poder.

A compreensão do conceito de Educação Inclusiva perpassa pela compreensão e alcance da práxis dos fundamentos da Educação Para Todos e de todas iniciativas que concorrem para uma educação que se reveja de qualidade. Nesse contexto, a Educação Inclusiva representa o lugar onde conflua a preocupação para com um grupo específico de seres humanos e o combate às barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação.

Para Stubbs (2008) uma escola inclusiva é aquela que se preocupa com um ensino, aprendizagem, realizações, atitudes e bem-estar de todos facilitadores e aprendentes, ou seja, uma escola eficaz considera-se educacionalmente inclusiva.

## **Educação Inclusiva como um conceito em construção**

O debate sobre o tema Educação Inclusiva é, pois, a tentativa de um diálogo a respeito de uma inclusão que renegue a visão voluntarista e semi-clandestina assumindo-a como política social e educativa, isto é, um direito universal. Adentrando, ao percurso histórico da Educação Inclusiva, importa referir que o termo se popularizou aquando da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que produziu um documento internacional de referência na área da deficiência e/ou das Necessidades Educativas Especiais, com vista a garantir

o acesso, o acompanhamento e o desenvolvimento do aprendente independente da sua predisposição física, intelectual, social, educacional, linguística, etc.

O processo de incluir, pressupõe atividades que desemboquem na convivência diária com o outro diferente, valorizando o potencial para compensar os défices. Assim, na perspectiva de Uzêda (2019) os(as) educadores(as) não devem se fiar exclusivamente aos défices, bem como à limitação determinada pela condição de deficiência, pois que a prática pedagógica precisa se organizar a partir do nível de desempenho que o aprendente demonstra relativamente ao seu potencial e ao que ela pode vir a alcançar.

Célebres teóricos do campo das Teorias de Aprendizagem, como seja, Lev Semminovich Vygotsky, ajudam-nos a depreender que todo aprendente possa progredir de um estágio em que ele não tenha pleno domínio para um outro em que com a intervenção do facilitador conseguem alcançar um outro nível de melhor desempenho e sobretudo de autonomia, entretanto, um olhar minucioso para o que está por vir que deve nortear o fazer pedagógico em sala de aula. Importa para isso, a aceitação das limitações decorrentes da condição de deficiência, mas também a *desconstrução*<sup>1</sup> da mesma, abrindo espaço para perceber os aspetos positivos e as potencialidades do aprendente, criando

---

<sup>1</sup> Derrida (1968) entende que desconstrução não é tudo, mas é nada. A abordagem da desconstrução faz referência que nada deve ser aceite como verdade absoluta e que tudo deve ser desconstruído. Assim, pensar em desconstrução pressupõe que uma interpretação deve ser uma leitura cuidadosa que leva em conta os aspectos de um texto reconhecido ou não pelo autor (p.e. ao lermos um versículo bíblico podemos ter inúmeras interpretações do mesmo).

alternativas de acesso e permanência no espaço de aprendizagem, escola e/ou sistema.

## **Educação Inclusiva no Ensino Superior em Moçambique**

Moçambique é considerado uma das nações ou repúblicas mais jovens do mundo, tendo alcançado a sua independência em 1975, e por conseguinte, tanto o Ensino Superior, bem como a Educação Inclusiva são questões muito recentes e emergentes, isto é, se por um lado o Ensino Superior tem apenas 60 anos (como se pode atestar no Decreto n. 44.530 de 21 de Agosto de 1962), por outro lado a Educação Inclusiva data de 1998 aquando do Projecto Escolas Inclusivas em Moçambique, conforme refere o Relatório de Consultoria de Ferreira e Manhiça (1998).

É no âmbito destas novas abordagens que emergem algumas tentativas de maximizar e flexibilizar o direito à educação de todos e para todos, bem como da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem que, alicerçado às grandes diretrizes de Educação Inclusiva, como sejam, as convenções e tratados internacionais, bem como as leis do SNE, decretos e resoluções, o governo de Moçambique elege a por via dos seus slogan no sector da educação a década de 2010 como pioneira na Educação que se pretende ser inclusiva, equitativa, de qualidade e responsiva à globalização.

Vários são os documentos que dão suporte à implementação da Educação Inclusiva nos diferentes subsistemas

de ensino, como particular realce ao Ensino Superior, que é objeto de análise deste manuscrito, tais como:

- Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948)
- Convenção da UNESCO relativa à Luta contra a Discriminação em Educação (ONU, 1960)
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1965)
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais (ONU, 1966)
- Convenção Internacional sobre os Direitos Cíveis e políticos (ONU, 1966)
- Convenção da OIT sobre a Idade Mínima para o Emprego (OIT, 1973)
- Convenção Contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU, 1979)
- Programa Mundial Sobre as Propostas de Desenvolvimento das Pessoas com Deficiência, Acção Nacional (ONU, 1982)
- Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989)
- Convenção da OIT Sobre os Povos indígenas e Tribais (OIT, 1989)
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien (UNESCO, 1990)
- Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência (ONU, 1993)
- Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994)
- Resolução 49/98 (Protocolo sobre Educação e Formação da SADC)
- Declaração de Hamburgo Sobre Educação de Adultos (CONFITEA)
- Convenção da OIT Sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil
- Avaliação de Salamanca Cinco Anos Depois
- Plano de Acção de Dakar (UNESCO, 2000)
- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Sobre a Redução da Pobreza e o Desenvolvimento)
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (UNESCO, 2006)

- Marco de Ação de Belém (UNESCO, 2009)
- Objectivos do Desenvolvimento Sustentável - 2030 (PNUD, 2016)
- Declaração de Incheon (UNESCO, 2015)
- Estratégia de Educação Inclusiva para Alunos com Deficiência na África Austral (SAIES)
- Relatório Global de Educação Inclusiva (UNESCO)
- Constituição de 1975 (Assembleia Popular de Moçambique)
- Lei 4/83, Lei do SNE (Assembleia Popular de Moçambique, 1983)
- Constituição de 1990 (Assembleia Popular de Moçambique)
- Lei 6/92 lei do SNE (Assembleia Popular de Moçambique, 1992)
- Resolução nº 8. Política Nacional de Educação (MINED, 1995)
- Plano Estratégico da Educação (MINED, 1998)
- Resolução 20/99 (Aprova a Política da Pessoa Portadora de Deficiência<sup>2</sup>)
- Constituição da República
- Plano Estratégico da Educação e Cultura (MEC, 2006-2010/11)
- Plano de Acção da Área da Deficiência I (MMAS, 2006)
- Plano de Acção da Área da Deficiência II (MMAS, 2012)
- Plano Estratégico da Educação (MINED, 2012)
- Plano Quinquenal do Governo (2015)
- Lei 18/18 do SNE (Assembleia da República, 2018)
- Plano Estratégico da Educação (MINEDH, 2020-2029)
- Plano Quinquenal do Governo 2020-2024
- Estratégia de Educação Inclusiva da UEM (2018 – 2022)
- Estratégia de Educação Inclusiva e da Criança com Deficiência (2020 – 2029)
- Política Nacional do Professor e Estratégia de Implementação (2023 – 2032)

Concomitantes a essas diretrizes encontram-se aquelas que são típicas do ensino superior enquanto prescrição e enquanto práxis, pelo que também importa sublinhar que existe em Moçambique e em todos Sistema de Educação que se julgue

organizado e formalizado, um leque de leis e normas que orientam o funcionamento pleno e eficaz dos órgãos e sujeitos do mesmo. Assim, o subsistema de ensino superior em Moçambique é regido por algumas directrizes emanadas de documentos, tais como:

- Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior, Decreto nº 63/2007
- Lei do Ensino Superior, Lei nº 27/2009
- Regulamento do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior, Decreto nº 30/2010
- Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos, Decreto nº 32/2010
- Regulamento do Conselho Nacional de Ensino Superior, Decreto nº 29/2010
- Qualificadores Profissionais de Funções Específicas do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior, Resolução nº 23/2009
- Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 48/2010
- Regulamento de Inspeção às Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 27/2011.

Este manancial teórico e directivo dá alicerces e sustentabilidade ao desiderato governamental de alcançar a todo moçambicano em idade escolar desenvolvendo competências, habilidades e atitudes que independem da sua condição biopsicossocial.

## Dos desafios à perspectivas de uma Educação de todos e para todos no ensino superior em Moçambique

Gonçalves (2018) refere que a mudança de perspectiva política do Estado – saindo do socialismo para o capitalismo – relativamente à providência da educação superior em Moçambique criou diversos problemas, como sejam, a ruptura com o modelo de escola pública, que até ao momento era de total responsabilidade do Estado. Ainda, no mesmo estudo sobre o direito à educação no ensino superior, Gonçalves (2018) entende que com cerca de 20 anos de estagnação da expansão deste subsistema de ensino no país e com uma perspectiva de expansão privatista, o Estado anuncia a criação de novas instituições politécnicas para as regiões que até a altura possuíam poucas ou nenhuma instituição do ensino superior.

O mesmo autor baseando-se em Sguissardi (2000a) refere que, impulsionado pelas políticas financeiras e capitalistas do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo decide pela expansão do ensino superior público universitário implementando novas Instituições de Ensino Superior nas regiões Norte e Centro do país. Embora este movimento e iniciativas tenham sido consideradas positivas para qualificar a população e democratizar a educação superior, alargando as oportunidades de acesso a este subsistema de educação para a população daquelas regiões do país que apenas eram atendidas pelas universidades da/na capital do país, todavia, tal dinâmica não foi acompanhada de acções concretas

que desembocassem e efectivassem aquela que por muitos tem sido considerada “bandeira da educação moçambicana” – Educação Inclusiva.

Atendendo e considerando que vários estudos advogam o papel profissionalizante e acima de tudo crítico do ensino superior, pode se aventar a possibilidade de que este constitua uma incubadora de modelos inclusivos de ensino e aprendizagem, que perpassam pela formação inicial ou em exercício de profissionais do campo de ensino que possam implementar e inovar as estratégias de Educação Inclusiva. Num outro prisma também se pode elencar como desafio, o facto deste subsistema constituir um pólo de investigação e disseminação de conhecimento, daí que , por esta via podem ser levadas a cabo pesquisas que desconstruam o actual discurso politizado do assunto e construam uma perspectiva não só de discurso prescrito, como também de prática do fazer e viver a Educação Inclusiva, do ensino superior a todos outros subsistemas concomitantes com os diferentes stakeholders e intervenientes do Processo de ensino e Aprendizagem.

Em suma, o grande desafio de Moçambique seria refletir ao que fora afirmado por Stubbs (2008, p. 136) “O povo africano tem uma cultura admirável e bem definida de laços familiares extensos, solidariedade comunitária e um espírito de apoio mútuo – os quais deveriam ser explorados para benefício da inclusão”.

## Referências

- \_\_\_\_\_. (2015). **NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: MANUAL DO USUÁRIO**, 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.OJS.TOLEDO.BR/INDEX.PHP/CONTEMPORANEA/ARTICLE/VIEW/2462](http://www.ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/view/2462). ACESSO EM: 10 NOV. 2022.
- BOBBIO, NORBERTO, 1995: **“ESTADO, PODER E GOVERNO”**, IN: ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE, PAZ E TERRA, SÃO PAULO/RIO DE JANEIRO [ORIGINAL DE 1985].
- CUNHA, E. DE P.; CUNHA, E.S.M. POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS. IN: CARVALHO, A.; SALES, F. (ORGS) **POLÍTICAS PÚBLICAS**. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2002.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A. NOVA RAZÃO DO MUNDO – ENSAIO SOBRE A SOCIEDADE NEOLIBERAL. PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA (P.7-9), INTRODUÇÃO À EDIÇÃO INGLESA, P. 13-34. **CRISE DO LIBERALISMO E NASCIMENTO DO NEOLIBERALISMO**, (P.37-70) E CONCLUSÃO – O ESGOTAMENTO DA DEMOCRACIA LIBERAL, 2016, P. 377-402.
- DERRIDA, J. **LA DIFERENCIA**. UNIVERSIDADE DE ARCIS, 1968.
- FERREIRA, W. E MANHIÇA, C. A. RELATÓRIO DE CONSULTORIA DO PROJECTO ESCOLAS INCLUSIVAS. MAPUTO: MINED. 1998
- FOLMER, V.; ROSA, C. 2018. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS ALÉM DA MATRÍCULA**. ANAIS DO 10º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – SIEPE. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA | SANTANA DO LIVRAMENTO, 6 A 8 DE NOVEMBRO DE 2018.
- GENTILI, P. ADEUS À ESCOLA PÚBLICA. A DESORDEM NEOLIBERAL, VIOLÊNCIA DO MERCADO E O DESTINO DA EDUCAÇÃO DAS MINORIAS. IN: GENTILI, P. (ORG). **PEDAGOGIA DA EXCLUSÃO: CRÍTICAS AO NEOLIBERALISMO EM EDUCAÇÃO**. PETRÓPOLIS: VOZES, 2013, P. 215-238.
- GOBERT, M. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**, 1987. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIOLO.BR/J/CCEDES/A/PQNTQNWNT6B98LgJpc5YsHQ/?FORMAT=PDF&LANG=PT](https://www.scielo.br/j/cceedes/a/pQNTQNWNT6B98LgJpc5YsHQ/?format=pdf&lang=pt). ACESSO EM: 10 NOV. 2022.

GONÇALVES, A. C. P. O DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE: ESTAGNAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E EXCLUSÃO (1986-2008). **AVALIAÇÃO**: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CAMPINAS), 23(1), 2018, p. 37-57.

HOFLING, H. M. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**. CADERNOS CEDES. SÃO PAULO: CAMPINAS, ANO XXI, Nº55, NOVEMBRO, 2001.

LOPES, D.B ET AL. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MOÇAMBIQUE: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS VARIÁVEIS DE SUCESSO**. REVISTA ONIS CIÊNCIA, BRAGA, V. VIII, ANO VIII Nº 25, 2020.

MARRACH, S. A. **NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO**, 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CEFETSP.BR/EDU/ESO/NEOEDUCACAOL.HTML](http://www.cefetsp.br/edu/eso/neoeducacaol.html). ACESSO EM: 10 NOV. 2022.

NGUENHA, A. M. **ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA COMPLETA KURHULA (2017-18)**. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.REPOSITORIO.UEM.MZ/BITSTREAM/258/437/1/2018%20%20NGUENHA%2C%20ARLIETA%20MANUEL.PDF](http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/437/1/2018%20%20NGUENHA%2C%20ARLIETA%20MANUEL.PDF). ACESSO EM: 10 NOV. 2022.

SADER, E.; GENTILI, P. **PÓS-NEOLIBERALISMO: AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1995.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE. **EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA**. BRASÍLIA: REVISTA AMPLIADA, 2003.

SGUISSARDI, V. **O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: REVISANDO TESES E POSIÇÕES?** UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, BRASÍLIA, 2000.

STROMQUIST, N. P. **ENTENDER O SIGNIFICADO E OS USOS DO TERMO "POLÍTICA"**. COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO CONGRESSO MUNDIAL DAS SOCIEDADES DE EDUCAÇÃO COMPARADA, EM CAPE TOWN, 1998.

STUBBS, S. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA ONDE EXISTEM POUCOS RECURSOS**. ATLAS ALLIANCE. OSLO. 2008

TAIMO, J.U. **HISTÓRIA E POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE**. IGPL, MAPUTO, 2019.

TORRES, C. A. ESTADO, PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL. ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO. IN. GENTILI, PABLO (ORG). **PEDAGOGIA DA EXCLUSÃO: CRÍTICAS AO NEOLIBERALISMO EM EDUCAÇÃO**. PETRÓPOLIS: VOZES, 2013, p. 103-128.

UZÊDA, S. Q. **ALFABETIZAÇÃO E LTRAMENTO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**  
SALVADOR: UFBA. 2019.

WEBER, MAX. **ECONOMIA E SOCIEDADE.** 4ª ED. BRASÍLIA, DF, v.1: UNB, 2000.